

Ensino superior em Língua Brasileira de Sinais para surdos e ouvintes

Higher education in Brazilian Sign Language for the deaf and the hearing

Regina Maria de Souza

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1980), Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: reginalaghi@hotmail.com

Joni A. Amorim

Pós-doutorado em Engenharia de Computação na Suécia. Doutor pela Fac. Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP. Especialista (MBA) pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Graduado pelo Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da UNICAMP.

E-mail: joni.amorim@gmail.com|joni.amorim@his.se

Artigo recebido em 20 de abril de 2013 e selecionado em 23 de maio de 2013

RESUMO

Mesmo com a expansão recente ensino superior, percebe-se que permanece que o sistema atual não é até o momento capaz de atender à diversidade da demanda de um país continental como o Brasil. Neste sentido, se faz necessário pesquisar novas formas de se atender a um público diverso, contexto no qual se inclui a iniciativa aqui discutida, relativa ao ensino superior a distância para ouvintes e para surdos interessados na Língua Brasileira de Sinais. Esta pesquisa analisa as atividades realizadas em um polo de uma iniciativa em larga escala voltada à formação de professores nos cursos de Licenciatura e Bacharelado.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Língua Brasileira de Sinais. Surdez. TIC.

ABSTRACT

Even with the recent expansion of higher education, it is clear that the current system remains unable to meet the diverse demand of a continental country like Brazil. In this sense, it is necessary to research new ways to supply a diverse audience, a context that includes the

initiative discussed here, which is related to higher education at a distance for listeners and the deaf that are interested in the Brazilian Sign Language. This research analyzes the activities performed in a large-scale initiative aimed at teacher training courses; in this case, a Teaching Degree and a Bachelor Degree for interpreters.

Keywords: Inclusive education. Brazilian Sign Language. Deafness. ICT.

INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro sofreu grandes transformações nas últimas décadas. Parte significativa das mudanças esteve relacionada à forte expansão tanto do ensino público como do privado. Algumas das outras mudanças vieram com apoio da tecnologia, seja pela informatização, seja pela utilização de soluções como a Internet. Neste último caso, a rede mundial contribui tanto no apoio à educação presencial mais tradicional como também na viabilização da educação à distância (EAD).

A literatura por diversas vezes demonstrou a necessidade da realização de maiores pesquisas sobre tal temática no contexto brasileiro, sendo quase sempre sugerido que tais pesquisas se baseiem em experi-

ências concretas e em relatos que sugiram evidências empíricas de diferentes tipos. Andre et al. (1999), por exemplo, após analisarem mais de quatrocentos artigos, dissertações e trabalhos acadêmicos, puderam “verificar que são raros os trabalhos que focalizam o papel das tecnologias de comunicação, dos multi-meios ou da informática no processo de formação”, sendo ainda mais escassas as investigações sobre “o papel da escola no atendimento às diferenças e à diversidade cultural”. Tais autores também puderam evidenciar que, apesar de existir grande preocupação relativamente à articulação entre teoria e prática, tal articulação não ocorre, percebendo-se “um tratamento isolado das disciplinas específicas e pedagógicas, dos cursos de formação e da práxis, da formação inicial e da continuada”. Por fim, os autores puderam detectar “um excesso de discurso sobre o tema da formação docente e uma escassez de dados empíricos para referenciar práticas e políticas educacionais”.

Em recente entrevista à Revista Ensino Superior Unicamp (PEDROSA; MUNIZ, 2012), a pesquisadora Eunice Ribeiro Durham, docente da Universidade de São Paulo (USP) e respeitada especialista na área de estudos do ensino superior no Brasil, sugere que existe uma enorme demanda pelo ensino superior mas que, infelizmente, o sistema atual ainda se foca em um modelo único que não é até o momento capaz de atender à diversidade da demanda de um país continental como o Brasil. Neste sentido, se faz necessário pesquisar novos modelos e novas formas de se atender a um público diverso, contexto no qual se inclui a iniciativa aqui discutida, relativa ao ensino superior a distância tanto para ouvintes como para surdos interessados na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Tendo como base tal contexto, o qual evidencia a complexidade do tema, este artigo considera aspectos educacionais, tecnológicos e gerenciais tendo como foco principal as atividades de um polo de cursos de graduação na modalidade de EAD. Tal polo, localizado em Campinas, sob a responsabilidade da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) parte de uma iniciativa em grande escala com sede Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O principal objetivo desta investigação é o de analisar um polo onde foi oferecido ensino superior público a distância, neste caso buscando focar na relação de alunos surdos e ouvintes com o seu polo. Neste sentido, pretende-se avaliar a implantação e a gestão de um polo, tema este ainda recente em investigações brasileiras sobre o ensino superior público. Deste modo, a próxima seção apresenta o referencial teórico, para que então se explicita a metodologia da pesquisa realizada, na seção três. A seção quatro apresenta uma

visão geral da importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto atual brasileiro ao mesmo tempo em que destaca algumas características dos cursos considerados. Enquanto a quinta seção faz uma análise crítica de aspectos gerenciais afins à iniciativa, a sexta seção considera a relação dos estudantes com o polo, destacando a papel deste mesmo polo na garantia da qualidade da educação ofertada. Por fim, uma seção final destaca a importância da realização de pesquisas interdisciplinares em educação e apresenta brevemente uma proposta de trabalho futuro no contexto da UNICAMP relativamente à EAD para a formação continuada de educadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa aplicada, a qual apresenta características de interdisciplinaridade, inclui de maneira preponderante conceitos, métodos e práticas afins à administração, à educação e à computação.

No que se refere à administração, relacionada aos aspectos gerenciais, merece destaque a contribuição de Henri Fayol, engenheiro francês, que em 1916 publicou um livro (FAYOL, 1916) com cinco funções e quatorze princípios de administração. As cinco funções, geralmente abreviadas por PO3C, foram assim definidas: (1) planejar, neste caso prever ou planejar o futuro; (2) organizar, neste caso decidir como usar os recursos humanos, financeiros, tecnológicos, etc.; (3) coordenar, neste caso definir prioridades no uso dos recursos, que são limitados; (4) comandar, neste caso liderar os recursos humanos, garantindo que o objetivo de todos seja o mesmo, conforme o planejado; e (5) controlar, verificar se o previsto está ocorrendo como planejado. Fayol também identificou quatorze princípios de administração, os quais incluem desde dividir o trabalho em tarefas especializadas e destinar responsabilidades a indivíduos específicos até a necessidade do interesse da maioria dever predominar sobre o interesse de cada indivíduo, passando por, sistematicamente, recompensar os esforços que sustentam a direção da organização e por ordenar as tarefas para que possam auxiliar a direção da organização. Atualmente, tais funções e princípios se refletem em padrões internacionais como o “*Business Analysis Body of Knowledge*” (BABOK) e o “*Project Management Body of Knowledge*” (PMBOK), assim como se refletem nas teorias afins à gestão de transições que levam a mudanças organizacionais e à gestão do conhecimento que promove a melhoria contínua e a aprendizagem organizacional. Os processos de interesse incluem o uso de ferramentas e técnicas afins ao gerenciamento de escopo, de cronograma, de riscos, de recursos humanos, de aquisições, de qualidade, de custos, de requisitos, dentre outros.

No que se refere à educação, relacionada aos aspectos afins ao ensino e à aprendizagem, merece destaque o design instrucional, entendido como um conjunto de atividades focadas em identificar uma necessidade educacional para que então se especifique como deve ocorrer o processo educativo, o que de maneira geral envolve a produção de material didático multimídia, a utilização de tal material em condições controladas e uma posterior avaliação dos resultados pretendendo-se, inclusive, realizar melhorias nas próximas fases ou nos próximos projetos similares. Conforme explicita Filatro (2008), as abordagens pedagógicas e/ou andragógicas incluiriam: (1) teoria comportamentalista, com Skinner e Gagné; (2) teoria construtivista “*individualizada*”, com Piaget; (3) teoria construtivista “*social*”, com Vygotsky; e (4) teoria situada, com Lave e Wenger e com Cole e Engstrom. Tais abordagens atendem a necessidades educacionais diferentes, de acordo com os objetivos e os resultados pretendidos. Em linhas bastante gerais, o design instrucional pode ser fixo, com a separação entre as fases de concepção e de execução, pode ser aberto, com a concepção durante a execução, e pode ser contextualizado, com maior foco na personalização e na flexibilização. De maneira geral, no intuito de mitigar riscos e diminuir custos, iniciativas em larga escala tendem a fazer uso do design instrucional fixo, com planejamento detalhado e com a produção de um curso ou disciplina antes do momento da aprendizagem. No caso específico deste texto, também é de interesse quanto ao referencial teórico ter em mente a discussão afim à inclusão e, do ponto de vista psicanalítico, a discussão relacionada às vinculações afetivas.

No que se refere à computação, relacionada aos aspectos tecnológicos, merece destaque a seleção de software e de hardware apropriados para a realidade da iniciativa, inclusive com a seleção das estratégias de produção de multimídia e de interação via Web, via videoconferência por satélite, etc. Quase sempre os aspectos tecnológicos dependem das prioridades e necessidades indicadas pelo design instrucional, ainda que devam ser respeitadas premissas e restrições gerenciais tais como as de custo e de escopo. O referencial teórico afim aos aspectos tecnológicos é bastante amplo, envolvendo desde modelos de comunicação até as teorias que subsidiam o entendimento do uso de redes como a Web, de computação ubíqua, de computação móvel, de multimodalidade na interação, dentre outros aspectos mais aplicados e técnicos, como o uso de linguagens de marcação e metadados (SIMONSON et al., 2009). Cada vez mais, as considerações sobre os aspectos tecnológicos tendem a atingir grande complexidade, em especial pela evolução dos diferentes dispositivos passíveis de serem utilizados, como computadores de mesa, computadores portáteis, celulares inteligentes, computadores tipo prancheta (*tablets*),

dentre outros. Inúmeras questões de cunho tecnológico afetam o design, a produção e o uso compartilhado de Objetos de Aprendizagem (OAs). Em alguns casos, a complexidade tecnológica pode vir a demandar uma equipe de suporte que auxilie um *conteudista* e/ou um professor na produção de OAs conforme padrões internacionais, inclusive com foco no compartilhamento e na reutilização via Web em contextos multimodais. Questões associadas incluem a definição de políticas de direito autoral, em especial no que se refere à reutilização e/ou à adaptação de produtos multimídia desenvolvidos por terceiros.

Considerações adicionais sobre o referencial teórico desta pesquisa podem ser encontradas na tese de Amorim (2010).

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia da pesquisa apresentada neste texto teve como questão central de investigação a seguinte: “*Na perspectiva da educação superior pública a distância para surdos e ouvintes, como avaliar a implantação e a gestão de um polo?*”

Tal questão central norteou a realização da investigação retratada neste texto, a qual se beneficiou na experiência da UNICAMP, instituição que acolheu um polo com dois cursos de graduação a distância com sede na Universidade Federal de Santa Catarina. Os cursos em questão, neste caso Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras, tiveram seu início em 2008 e seu encerramento planejado para 2012, sendo discutidos com maior detalhe na seção seguinte.

Os procedimentos de pesquisa adotados para a resolução do problema em questão foram divididos nos passos que seguem.

No passo um, ocorreu uma análise crítica de projetos de produção e uso de multimídia educacional que contaram com a participação dos autores, destacando-se aí projetos voltados a cursos de graduação e de extensão a distância. Tais projetos envolveram inclusive iniciativas anteriores ao oferecimento dos cursos em questão, de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras. No passo dois, ocorreu a realização de pesquisa via revisão bibliográfica, com análise de contribuições de autores de estudos analíticos sobre os assuntos de interesse, com maior destaque para os seguintes: gerenciamento de projetos, produção de multimídia e utilização de multimídia em educação a distância e em educação presencial.

No passo três, ocorreu o desenvolvimento de uma proposta de modelo para o gerenciamento de projetos de produção e utilização de conteúdo digital em educação com diferentes dimensões. Tais dimensões apresen-

tam o potencial tanto de avaliar projetos já encerrados ou em andamento como ainda o potencial de permitir o planejamento de novas iniciativas através de 199 processos (AMORIM, 2010). A seção cinco deste texto apresenta brevemente as dimensões de tal modelo antes de ocorrer a sua utilização para a análise da iniciativa em questão, afim aos cursos de Letras-Libras.

No passo quatro, ocorreram visitas técnicas à Universidade Politécnica de Valencia e à UFSC para a realização de pesquisas e de estudos comparativos relativos à produção e/ou à utilização de multimídia. No passo cinco, foi feita uma análise crítica dos relatórios semestrais enviados pelo polo da UNICAMP à sede na UFSC. No passo seis, ocorreu uma análise dos dados e a construção lógica do raciocínio demonstrativo das hipóteses formuladas, demonstrando-se assim a resolução do problema pesquisado com resultados norteados pelos objetivos sugeridos pela questão central de investigação e fazendo-se uso das dimensões do modelo desenvolvido nos passos anteriores.

No passo sete, foi realizado o registro desta experiência através do presente texto, tomando por base, inclusive, o referencial teórico destacado na seção dois deste texto. Também foi essencial a análise do contexto atual e da legislação concernente, tal qual se discute na próxima seção, de número quatro. Na sequência, na seção cinco, este texto ainda faz uma análise da implantação e da gestão do polo para que, na seção seis, seja analisada a relação dos estudantes com o polo, o que subsidia a discussão constante na seção sete.

Considerações adicionais sobre a metodologia da pesquisa realizada podem ser encontradas na tese de Amorim (2010).

A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A relevância da Libras para a educação de surdos pode ser verificada pelas inúmeras recomendações, leis, decretos e portarias que a consideram uma *"forma de comunicação e linguagem"* de fundamental importância para a educação de surdos. Para citar um destes documentos, tem-se a Declaração de Salamanca cujos termos deram suporte epistemológico à atual política inclusiva brasileira. No artigo 21, pode-se notar o reconhecimento das línguas de sinais de cada país também para a educação das crianças surdas (ESPANHA, 1994, p.18).

Independentemente da direção, no Brasil as argumentações, definições e orientações tinham como base a ideia de que a surdez era uma deficiência e, consequentemente, que aqueles que não ouviam eram deficientes. Exemplo claro encontra-se no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999).

Era essa a argumentação que legitimava as práticas fono-audio-terápicas visando à normalização pela fala até a virada do milênio, através de procedimentos fono-audiológicos e cirúrgicos, ou mesmo, transformando a língua de sinais em uma ferramenta para a assimilação do surdo à língua oral e à escrita. Estratégia pedagógica que, como se percebe hoje, falhou. Cabe destacar que a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 rompe com a lógica do Estado brasileiro de entender os sinais até aquele momento. Isto porque reconhece a Libras como possuindo estrutura gramatical própria, deste modo constituindo um sistema linguístico. Tal Lei traz, pois, uma alentadora novidade: reconhece a Libras como língua nativa, portanto brasileira e não estrangeira. Já o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, garantindo o direito de o estudante surdo ter um ensino bilíngue nas escolas. Dito de outro modo, o currículo, em uma escola bilíngue inclusiva para surdos, deve ser oferecido em Libras e em Português, em sua modalidade escrita.

O Decreto nº 5.626, assim como a Lei nº 10.436, são produtos de lutas e conquistas políticas dos surdos e de pesquisadores de várias áreas. Todavia, não podem ser reduzidos àquelas conquistas. Se foram possíveis, foi também porque a redução do ensino à oralização dos surdos fracassou. De fato, na virada do milênio, a adoção do oralismo pelas escolas brasileiras, já não se sustentava teoricamente em nenhuma área de conhecimento, ou seja, perdeu as bases que a legitimava. Além dos estudos provenientes da psicolinguística, um campo novo e promissor estabeleceu-se na linguística – na área de linguística teórica – definindo como seu principal objeto o estudo da língua de sinais (sintaxe, semântica e pragmática) e as implicações educacionais em termos da elaboração de projetos educacionais voltados à educação bilíngue – em linguística aplicada. Os cursos de Graduação em EAD Letras-Libras (UFSC) foram possíveis de serem idealizados ao mesmo tempo em que tramitava o Decreto nº 5.626 de 2005. Neste aspecto, vale lembrar que a primeira edição do Curso de Licenciatura Letras-Libras ocorreu em 2006, conforme será mencionado posteriormente. Portanto, como ponto positivo a necessidade de fazer face ao Decreto nº 5.626 pode catalisar uma ruptura com essa concepção nos centros e faculdades de Educação, bem como nos cursos de Fonoaudiologia.

Na situação atual, lamentavelmente, muitos educadores e pesquisadores, formadores e gestores de cursos de graduação, pouco sabem sobre as características linguísticas e gramaticais da Libras: ainda pensam que é uma língua universal e ágrafa, restrita a uma parcela muito pequena da população, o que não é verdade. O resultado é a formação de professores despreparados para ensinar crianças surdas em contexto bilíngue e em

escolas públicas. Ainda é comum os pedagogos não estudarem, em seus cursos de graduação, textos básicos que se voltem a esclarecer e capacitar o futuro professor para ensinar também em Libras. Isto não ocorre por falta de estudos brasileiros na área. Relativamente aos estudos sobre a Libras, por exemplo, há o livro de Quadros e Karnopp (2004) que apresenta aspectos linguísticos dessa língua, desconstruindo visões muito comuns na sociedade que a desqualificam como língua de um grupo social e cultural brasileiro.

Em certos casos, por falta de conhecimento, alguns tomadores de decisão se perguntam se todo o empenho em formar educadores para surdos é importante. Mas afinal, quantos surdos existem no Brasil? Segundo artigo assinado por Ricardo Nunes Moreira da Silva (2007), *"1:1.000 crianças nasce surda e 2:1000 se tornarão surdas durante a infância"*. Segundo o IBGE (BRASIL, 2007) somos 188.085.155 brasileiros. Isto quer dizer que a cada geração, cerca de 188.000 crianças nascem surdas e 376.170 ficarão surdas. De acordo com o censo do IBGE de 2000, há 5,7 milhões de brasileiros com *"deficiência auditiva"* (nomenclatura utilizada pelo IBGE). Portanto, estamos nos referindo a uma população de brasileiros, neste caso surdos, que é numericamente significativa: superior a dos habitantes de muitos países, sendo inclusive, só para citar um exemplo, quase o dobro da população total do Uruguai.

Assumindo tal tese, neste caso da relevância para os surdos de uma educação bilíngue, teríamos o quadro com as três necessárias ações abaixo.

Relativamente à ação 1, às universidades caberá criar Cursos de Graduação de Licenciatura em Libras e Curso de Pedagogia Bilíngue para formar professores para atuar, em todo o ensino fundamental e médio, em escolas bilíngues do ensino público regular, ou em escolas *de e para* surdos (embora possa estar aberta a ouvintes). Já no caso da ação 2, de acordo com o Decreto nº 5.626, em todos os cursos de licenciatura e de pedagogia um conteúdo mínimo – a respeito das singularidades linguísticas da pessoa surda – deve ser obrigatório. Por fim, na ação 3, uma outra necessidade seria a da formação de intérpretes, desde a graduação até a pós-graduação, ou em cursos de formação continuada (como prevê o Decreto nº 5.626).

Com isso, entende-se que a Libras é uma língua nativa e reconhecida oficialmente, há por volta de três milhões de brasileiros que se valem dela como primeira língua, os surdos conseguiram o direito de serem educados em Libras e terem o Português como segunda língua no currículo escolar, não há pedagogos em número minimamente suficiente para que o direito linguístico dos surdos seja assegurado na e pela escola, há apenas um curso de graduação para formação de

Intérpretes em Língua de Sinais em curso de graduação, em EAD, a cargo da UFSC. Cursos de especialização estão a cargo, em geral, de instituições de ensino privadas talvez por uma falta de política educacional bilíngue assumida pelos estados e municípios que garanta ao estudante surdo, se for de sua opção, um direito que lhe é assegurado pela Declaração dos Direitos Humanos e a de Salamanca bem com pelo Decreto nº 5.626, sem contar as várias leis de acessibilidade promulgadas pela União, Estados e Municípios.

A partir daí, fica patente a necessidade de formação em um campo educacional com um número reduzido de especialistas (formadores), o que nos convoca a pensar em meios de otimização dos recursos humanos existentes, de exploração dos recursos tecnológicos na área de formação e capacitação de educadores, de elaboração de projetos criativos que demonstrem a possibilidade de haver educação de qualidade em vários contextos e modalidades, dentre elas, sem dúvida, aquela em EAD é uma das mais promissoras no caso da área de surdez. Em primeiro lugar, pois permite que o estudante, se surdo, realize seus trabalhos em Libras e Português escrito se valendo de tecnologias como gravação em WMV (Windows Media Video), por exemplo, e *webcam* em tempo real. Em segundo, porque há a presença de vários preconceitos e não informação entre os próprios gestores e professores em relação à língua de sinais e em relação ao estudante surdo.

Estes preconceitos são nucleados nas seguintes falsas pressuposições: que a língua de sinais é um recurso semiótico como o Braille e não linguístico de constituição subjetiva; de que a Libras é o meio de comunicação exclusiva de surdos (amigos, parentes, pastores, educadores ouvintes são fluentes em Libras e não apenas surdos); de que as tecnologias corretivas, como os implantes, vão erradicar a surdez, afirmação que, atualmente, não é séria tendo em vista que o implante pode ampliar as possibilidades de habilitação ou reabilitação auditiva, mas não restauram a fala após sua colocação (não funciona como um óculos no caso de uma miopia, por exemplo); toda língua é um patrimônio a ser preservado e independe da condição física do sujeito que se vale dela; o direito linguístico de uma comunidade, ou grupo, é garantido universalmente, seu desrespeito fere a ética de convivência e pode levar a atos desumanos e perversos, como seria tornar obrigatório o implante em bebês, grupos de seres humanos sem condição de optarem por si mesmos; há uma carência considerável de pedagogos capacitados em alfabetizarem em contexto bilíngue seja no caso de educandos surdos, seja naqueles em regiões de fronteira, onde crianças brasileiras têm o espanhol como língua materna.

Inúmeras crianças brasileiras recebem uma educação escolar precária. Se não são classificadas como

dislexas ou “portadoras de distúrbios de aprendizagem” (caso das crianças brasileiras residente nas regiões brasileiras de fronteira ou dos surdos), são promovidas automaticamente até obterem o certificado do ensino fundamental. Saem analfabetas funcionais da escola e não conseguem entrar para o ensino médio. Cerca de 80% dos surdos abandonam o ensino fundamental e apenas 3% concluem o ensino médio¹. Este quadro aponta para a necessidade de uma ação que tire da exclusão aqueles que abandonam a escola por não encontrarem nela um lugar de acolhida com educadores capacitados para recebê-los.

GERENCIAMENTO DE UM POLO DO VESTIBULAR À IMPLANTAÇÃO

Um conjunto de mudanças no vestibular, em especial a data, de agosto de 2008 para junho do mesmo ano, demandou um intenso trabalho, tendo em vista que entre o processo seletivo e o início das aulas houve um intervalo inferior a trinta dias. As características do vestibular – em Libras e envolvendo um aparato tecnológico e logístico especial – só foi possível pelo trabalho competente das comissões de vestibular das duas universidades, com uma demanda de dedicação em termos de tempo, pela UNICAMP, além do previsto pela UFSC. Era uma situação nova – um vestibular sem instruções escritas para os estudantes (só em Libras) e com fiscais surdos – para a primeira universidade. Em cascata, e decorrente daquela mudança no calendário, a implantação da secretaria do polo teve que ser realizada em tempo mínimo – da seleção da secretária e o início de sua atuação se passaram apenas 25 dias.

Uma secretaria não estava prevista para os polos. Com isso, a administração de dois cursos em EAD, algo novo, teria que ser assumida totalmente pela coordenação do polo, por mais que fosse uma função bastante consumidora de tempo. Neste caso, foi feita a opção pela criação de uma secretaria, em especial para dar suporte aos alunos e à equipe do polo. Em alguns momentos, percebeu-se alguma tensão entre a secretaria do polo e a coordenação deste mesmo polo, quase sempre em decorrência da sobreposição de funções, mas também pela falta de clareza dos limites das atribuições dessas duas esferas ou pela necessidade de grande agilidade administrativa que um curso de EAD demanda. Por conseguinte, o cenário gerou “atropelos” e necessidades tanto de ajustes como de diálogo constante entre os envolvidos, destacando-se neste caso a coordenadora, secretária do polo e as instâncias administrativas das duas universidades, UFSC e UNICAMP.

¹ Para uma discussão mais adensada, sugere-se SOUZA e SILVESTRE, 2007, assim como o portal <<http://www.unb.br/acs/bcopauta/inclusao11.htm>>.

O gerenciamento de conflitos foi possível pela experiência administrativa das pessoas envolvidas, pela rápida constituição de uma equipe comprometida e especializada da FE-UNICAMP (além daquela prevista pela UFSC) – compartilhando-se encargos – pela decisão coletiva de tomadas de decisão e pela prática permanente do exercício do diálogo. De fato, as decisões passaram a ser definidas mensalmente pela Comissão em EAD Letras-Libras da FE-UNICAMP, composta em agosto de 2008, e da qual faziam parte originalmente todas as pessoas comprometidas com o polo: coordenação do polo, coordenação associada, secretária, representante da Reitoria, neste caso o segundo autor deste texto, duas tutoras, dois intérpretes de Libras, auxiliar de laboratório de informática, engenheiro responsável pela VC e dois representantes discentes, sendo um de cada curso.

Mais ainda, indo além destes fatores, o fato de a coordenação do polo ter sido indicada pela Coordenadora Geral dos dois cursos na UFSC, Profa. Dra. Ronice Müller de Quadros, e seu nome referendado pela Reitoria da UNICAMP, foi fundamental para que houvesse um clima de confiança entre as equipes das duas universidades. Cabe mencionar que a Coordenadora Geral da UFSC e a do polo da UNICAMP tinham uma história de pesquisa e de militância conjunta de vários anos, estando ambas politicamente comprometidas com o sucesso da iniciativa. Reforçava esta situação vantajosa o fato de a Direção da FE-UNICAMP se aliar ao projeto e a Reitoria da UNICAMP se comprometer com todos os ajustes necessários. Portanto, houve uma responsabilização bilateral de todas as esferas envolvidas nas duas universidades em clima de solidário compromisso político e acadêmico.

Seja como for, os desafios iniciais tiveram que ser superados durante o primeiro ano da ocorrência dos dois cursos. A falta de repasse de verba, durante os meses em que houve movimentos do MEC para realinhar o Projeto Letras-Libras (UFSC) aos parâmetros da UAB-MEC, quase colocou em risco a continuidade dos dois cursos em diferentes polos. A verba prevista para a manutenção ficou insuficiente, mas a FE-UNICAMP decidiu pelo não prejuízo dos estudantes da UFSC e pela continuidade do polo enquanto o projeto se mantivesse pela UFSC, independente dos resultados dos acordos entre MEC e UFSC.

De maneira complementar, indo além da análise explicitada nos parágrafos anteriores, temos a seguir uma análise da iniciativa tomando-se por base o modelo desenvolvido por Amorim (2010), com nove dimensões: (1) contéudística, que se refere ao correto entendimento dos requisitos fundamentais dos projetos, em especial no que se refere ao conteúdo envolvido; (2) pedagógica, que se refere às considerações sobre os

aspectos de ensino e de aprendizagem envolvidos; (3) tecnológica, que se refere principalmente aos processos de detalhamento dos requisitos técnicos relativos aos produtos a serem produzidos e/ou utilizados; (4) gerencial, que se refere a aspectos diversos, incluindo-se aí áreas de conhecimento específicas como gerenciamento da integração do projeto, gerenciamento do escopo do projeto, gerenciamento do prazo do projeto, gerenciamento do custo do projeto, gerenciamento da qualidade do projeto, gerenciamento dos recursos humanos do projeto, gerenciamento da comunicação do projeto, gerenciamento dos riscos do projeto e gerenciamento das aquisições do projeto; (5) estratégica, que se refere a alcançar objetivos estratégicos específicos através do gerenciamento centralizado de vários portfólios e programas, o que inclui identificação, priorização, autorização, gerenciamento e controle dos projetos destes portfólios e programas; (6) gestão do conhecimento, que se refere a aspectos essenciais para produzir um gerenciamento efetivo do conhecimento, como colheita, filtragem, configuração, disseminação e aplicação; (7) gestão da mudança, que se refere à gestão de transições diversas no contexto do projeto ou a transições na forma de trabalho das equipes dado o contexto singular de um projeto em específico; (8) maturidade, que se refere à busca pela melhoria de processos; e (9) propriedade intelectual, que se refere aos aspectos da gestão da inovação e dos direitos de propriedade.

Em uma análise focada na dimensão conteudística, percebe-se a redução no orçamento pelo MEC durante o andamento do projeto, sem a realização de considerações sobre as necessidades intrínsecas relativas aos processos de ensino e de aprendizagem afins ao conteúdo, de Libras e afins, levou a alterações no escopo do projeto com diferentes consequências negativas.

Em uma análise focada na dimensão pedagógica, percebe-se que foi realizado um grande esforço pelas equipes da UFSC relativamente ao *design instrucional*, com o desenvolvimento de soluções inovadoras para a viabilização do ensino de Libras a distância. Ainda assim, a opção pelo uso de videoconferências foi problemática na medida em que muitas vezes ocorriam falhas na transmissão das imagens, impossibilitando a interpretação dos sinais nos polos.

Em uma análise focada na dimensão tecnológica, além da opção pelo uso de uma solução em videoconferência que apresentou problemas em algumas situações, percebe-se um uso intensivo de vídeos de diferentes formas, inclusive com o carregamento (*upload* e *download*) de vídeos no ambiente virtual de aprendizagem por alunos e professores, neste caso com falhas no servidor nos dias em que muitos alunos nos polos faziam o carregamento simultaneamente. Notou-se que a produção de vídeos, para distribuição em DVDs aos alunos dos polos, não se

beneficiou de aspectos da produção em larga escala que poderiam levar a uma diminuição de custos, o que, por sua vez, permitiria que mais recursos fossem investidos em outras mídias úteis que não apenas vídeos e hipertextos.

Em uma análise focada na dimensão gerencial, que envolve riscos, custos, qualidade, recursos humanos, aquisições, etc., destaca-se que os polos foram afetados por um dimensionamento incorreto das equipes locais, como apontado acima. Ainda que a UNICAMP e as demais instituições responsáveis pelos polos distribuídos pelo Brasil devessem apresentar infraestrutura e outros elementos como contrapartida, verificou-se que um funcionamento apropriado das instalações do polo de Campinas nos finais de semana demandaria contratar mais profissionais, incluindo segurança, faxineiro, porteiro e/ou auxiliar de logística, secretária e auxiliar de informática. Com isso, praticamente todos os recursos financeiros destinados ao polo de Campinas pela UFSC foram utilizados para a contratação de pessoal, com a UNICAMP assumindo os gastos com parte destes profissionais e ainda fornecendo material de papelaria, espaço físico, impressoras e computadores adicionais aos alunos, etc. Também foram percebidos outros problemas gerenciais na sede, tais como o gerenciamento do tempo, com cronogramas irrealistas que geraram diversos tipos de atrasos que afetaram negativamente as atividades do polo e as relações entre os envolvidos.

Em uma análise focada na dimensão estratégica, percebe-se que certas características do projeto o tornavam bastante independente de outros projetos da mesma organização, a UFSC. Tal fato fez com que não se viabilizasse a aplicação de estratégias de gerenciamento afins a um escritório de projetos na sede, tornando os Cursos Letras-Libras independentes de outras iniciativas em curso naquela instituição. Com isso, a UFSC não se beneficiou, por exemplo, do compartilhamento de recursos e da definição de padronizações em acessibilidade para multimídia dentro de seu portfólio de projetos, fato que possivelmente tornou tal projeto menos eficiente em termos de utilização do orçamento previsto.

Em uma análise focada na dimensão de gestão do conhecimento, percebe-se que nenhum modelo específico foi utilizado como referência. Exceto pela redação de artigos acadêmicos e de relatórios gerenciais dos polos à UFSC e da UFSC aos seus patrocinadores, foram tímidos os registros relativos ao projeto, tornando mínima a divulgação dos melhores métodos e práticas empregados. A interação dentro das equipes dos polos dispersos geograficamente, as quais de modo geral trabalham de maneira bastante independente daquelas equipes localizadas na sede em Florianópolis, esteve mais focada na comunicação por correio eletrônico, por telefone e via reuniões presenciais, com perda de informações relevantes sobre as soluções, por parte de cada institui-

ção, encontradas para os problemas surgidos durante o projeto. No polo de Campinas, o fato de as decisões da Comissão em EAD Letras-Libras (FE-UNICAMP) serem registradas em atas, atividade não prevista pela sede, foi uma iniciativa importante da equipe relativamente à gestão do conhecimento que tende a permitir, inclusive, a realização de pesquisas futuras sobre o funcionamento do polo e do curso como um todo.

Em uma análise focada na dimensão de gestão da mudança, percebe-se que nenhum modelo focado no gerenciamento de transições (MoC) foi utilizado como referência. Ainda assim, a UFSC realizou a cada ano um trabalho de formação em Florianópolis com as equipes dos polos.

Em uma análise focada na dimensão de maturidade gerencial, percebe-se que nenhum modelo focado na melhoria de processos foi utilizado como referência, notando-se quase sempre uma oscilação entre os níveis de maturidade 1, inicial, e 2, gerenciado, inviabilizando-se a melhoria em direção ao 3, padronizado, ao 4, previsível, e ao 5, inovador com busca de melhorias nos processos. Dentre as consequências, podem ser mencionadas falhas na comunicação, perda de eficiência e atrasos diversos.

Em uma análise focada na dimensão de propriedade intelectual, percebe-se que nenhum modelo focado na proteção da propriedade intelectual foi utilizado como referência, algo fundamental quando se pretende garantir que os produtos multimídia sejam utilizados tão somente com a devida autorização, evitando-se cópias feitas sem o controle da sede da iniciativa. Ainda assim, os materiais produzidos pelos docentes na sede, como apostilas e vídeos, foram incorporados ao acervo do curso, sendo parcialmente publicados na Internet, facilitando o acesso por alunos e pelas equipes dos polos. Alguns livros foram adquiridos através do orçamento do curso e distribuídos aos alunos, fato que confirma o interesse da organização (UFSC) em não ferir a legislação de propriedade intelectual através do uso não autorizado de fotocópias, um problema ainda em aberto em outras iniciativas afins à EAD no Brasil.

Caso se considere a análise apresentada, em especial aquela que mais voltada às nove dimensões, é possível concluir que existem muitas oportunidades de melhoria na gestão deste projeto. Nesta perspectiva, os polos podem contribuir de maneira direta ou indireta, inclusive sugerindo novas abordagens relativamente aos temas discutidos. Em especial, é de importância que se considere que nem sempre as instituições responsáveis pelos polos têm interesse ou têm possibilidade de suprir eventuais "lacunas" surgidas, tais como a necessidade de mais profissionais para viabilizar as aulas nos finais de semana. Por isso, torna-se fundamental que se preveja com o maior detalhamento possível tudo o que

será necessário para que a equipe do polo tenha condições de prestar o apoio esperado aos alunos, garantindo-se assim que, desde a assinatura do convênio até o encerramento das atividades, existam os elementos necessários para que se garanta a qualidade, independentemente dos custos serem assumidos pela sede ou pela organização responsável pelo polo. A diminuição das "surpresas" advindas de falhas no planejamento, as quais consomem tempo precioso das equipes dos polos, tende a diminuir a possibilidade da ocorrência de conflitos diversos, permitindo-se assim que tanto a coordenação local como a equipe como um todo possam se dedicar a atividades e a ações mais pertinentes e necessárias ao bom funcionamento do polo.

O sucesso no planejamento de cada semestre, assim como a busca pela melhoria dos vários processos e rotinas a cada novo semestre, tende a tornar os trabalhos dos profissionais atuantes nos polos e na sede cada vez mais produtivos, diminuindo-se assim a chance de que ocorram problemas advindos da sobrecarga de trabalho ou da incorreta atribuição de tarefas aos recursos humanos. Alguns destes problemas foram verificados em certos momentos no polo da UNICAMP como, por exemplo, a ocorrência de um considerável nível de "stress" ocupacional durante os dois primeiros semestres dos cursos. Felizmente, pela contratação de mais profissionais para complementar a equipe do polo, como uma tutora extra para auxiliar as duas tutoras previstas e uma secretária para auxiliar a coordenação, foi possível diminuir a sobrecarga de trabalho e tornar menos frequente os casos de esgotamento físico e mental.

Na sequência, na próxima seção, são apresentadas considerações importantes que, de algum modo, estão relacionadas à gestão do polo, ainda que com maior ênfase na relação dos estudantes com este polo. Cabe destacar que se trata de um tema ainda pouco investigado no contexto da EAD brasileira.

VINCULAÇÕES AFETIVAS E LOCALIZAÇÃO DE POLOS DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA

Pode ser afirmado com grande grau de certeza que a maioria das iniciativas em EAD dispensa grande atenção para o material didático a ser utilizado, para a tecnologia que viabilizará o trânsito das informações, para a comunicação entre os envolvidos e, também, para a qualificação do corpo docente. No que se refere aos polos onde os alunos realizarão as atividades presenciais, geralmente envolvendo desde videoconferências até trabalhos em grupos, nem sempre há uma priorização perceptível nas vinculações afetivas (identificatórias e transferenciais, do ponto de vista psicanalítico) que dão base a qualquer relação professor-aluno (o tutor é, de fato, um professor presencial). Isso se deve em parte ao

fato de se considerar os tutores dos polos como secundários em tal contexto, sendo vistos muitas vezes como “complemento” das atividades realizadas através da Internet e de outras tecnologias. Nesta seção, advoga-se a favor da significativa importância das vinculações interpessoais e interinstitucionais enquanto um dos principais fatores determinantes da qualidade da iniciativa, em especial por representar uma oportunidade importante de integração dos alunos entre si e com a comunidade onde ocorrem as atividades presenciais.

Por mais que a UNICAMP tenha sido responsável por atividades diversas afins ao polo, o que incluiu realizar o vestibular para as vagas disponíveis no Estado de São Paulo em 2008, a expectativa da equipe responsável pelo polo sempre foi a de que se tratava de um curso da UFSC e que o vínculo dos alunos sempre seria mais forte relativamente a esta instituição, e não necessariamente em relação ao polo e à UNICAMP.

Ainda assim, houve uma surpresa quando a equipe notou que os estudantes da UFSC, sendo tratados com a mesma hospitalidade e comprometimento institucional que seus colegas do Curso de Pedagogia da FE-UNICAMP, passaram a se identificar com a UNICAMP e a desejarem realizar atividades conjuntas com os estudantes da Pedagogia. Contatos entre os estudantes do polo e os do Centro Acadêmico de Pedagogia possibilitaram um trabalho profícuo e parceiro entre eles na Semana de Pedagogia de 2009. Além disto, os estudantes do polo se referiam à UNICAMP como a universidade deles também, mostravam-se orgulhos com os recursos da Faculdade, com as facilidades encontradas na UNICAMP e com a forma em que eram recebidos nos vários serviços da universidade, tendo acesso a todos. Um dado que reforça esta análise é o fato de solicitarem que a logomarca da UNICAMP aparecesse ao lado daquele da UFSC nos cartazes que identificam os locais de aulas presenciais. Sem dúvida, este é um ponto fundamental que favorece a aprendizagem, a saber, os estudantes “se sentirem em casa”, ou seja, em um espaço de hospitalidade acolhida. A localização da secretaria do polo favoreceu o sentimento de pertencimento à UNICAMP dos estudantes da UFSC: está no mesmo corredor que as secretarias de graduação presencial da FE-UNICAMP.

Com isso, ao longo dos primeiros semestres de oferecimento dos cursos, foi possível à equipe local perceber que a relação dos alunos com o polo se fortalecia dia a dia, indo muito além do que originalmente se esperava. Foi possível à equipe perceber que os alunos, de um modo geral, seja de forma consciente ou não, se sentiam como estudantes da UNICAMP e não da UFSC, inclusive direcionando suas expectativas, angústias, frustrações e satisfações para a equipe do polo. Maior clareza e discriminação pelos estudantes em relação às diferenças de vinculações com as duas universida-

des foram sendo adquiridas, por eles, nas reuniões da Comissão em EAD Letras-Libras.

Assim, percebe-se que a seleção do local onde estará um polo de cursos de graduação a distância, assim como o cuidado com a dinâmica das relações humanas (afetivas) deste mesmo polo, tem uma importância maior do que se poderia imaginar inicialmente. Os efeitos relativamente à diminuição do abandono dos cursos pelos alunos e/ou ao aumento da dedicação destes alunos aos cursos ainda não pode ser evidenciada por uma comparação com a realidade dos demais polos. Ainda assim, a identificação dos alunos com a UNICAMP levou a demandas diversas, como o fato de requererem carteirinhas estudantis da UNICAMP para acesso à infraestrutura local de restaurantes, área médica, bibliotecas e transporte assim como ao fato de requisitarem oportunidades para a realização de estágios na Universidade, destacando-se o interesse pela Iniciação Científica.

Pode-se assumir que um dos principais fatores a garantir a integração dos estudantes à UNICAMP foi a inclusão de dois representantes discentes na comissão responsável pelo polo. Tal comissão foi criada pela coordenação local e não estava prevista originalmente na proposta da UFSC. Contando com a equipe do polo, com funcionários da Universidade, com os alunos e com pesquisadores, tal comissão se reúne mensalmente desde o início das aulas, como já explicitado acima, no intuito de garantir que todas as questões relevantes sejam discutidas através de uma gestão participativa onde os alunos têm sua voz garantida pelos seus representantes.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se neste trabalho destacar a importância dos polos de cursos de graduação a distância para o sucesso das iniciativas, inclusive pelo fato do fortalecimento da relação dos alunos com os polos ter efeitos positivos diversos. Isso incluiria desde uma provável diminuição da evasão até um maior envolvimento dos estudantes com a comunidade local, complementando-se assim a sua formação universitária. Por isso mesmo, é de fundamental importância a seleção criteriosa da equipe que integrará o polo, com destaque para a seleção de um profissional comprometido para a atividade de coordenação de tal polo durante os vários anos da iniciativa.

É possível perceber que o relato de experiência contribui metodologicamente no que se refere à realização de pesquisas aplicadas em EAD ao introduzir, ainda que de maneira breve, um modelo com nove dimensões úteis tanto ao planejamento de novas iniciativas como também na análise de projetos encerrados ou em andamento. O texto pode ser considerado bastante inédito

na medida em que discute o funcionamento de um polo de EAD em relação à instituição sede, considerando seu funcionamento, a relação com os alunos e os docentes, o uso de tecnologia e os vários desafios gerenciais. Pelo seu ineditismo, o texto pode vir a sugerir uma série de debates na área, em especial no que se refere à inclusão de alunos surdos no ensino superior público e à necessidade de formação de professores de Libras.

Percebe-se que a realização de pesquisas é plenamente viável mesmo nos polos, evitando-se, portanto, que a instituição que recebe um polo seja mera “reprodutora” e/ou “retransmissora” do conhecimento. Além de executora, a instituição que recebe o polo pode também optar por ter uma postura crítica que pode ser essencial quando se objetiva a qualidade da oferta de ensino e se pretende a melhoria ao longo dos anos.

Trabalhos futuros poderão envolver a investigação dos fatores de sucesso relacionados ao oferecimento de um novo curso de especialização em Libras, hoje inédito, tendo como sede a UNICAMP mas viabilizado através do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Trata-se de um curso em fase de concepção, ainda sem previsão de implantação, o qual estará voltado à formação continuada de educadores da rede pública de ensino. Neste caso, o referido programa objetiva a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado de São Paulo, sendo neste caso prioritário o aumento do número e da abrangência geográfica das vagas ofertadas. Mais especificamente, pretende-se fazer uso de ao menos um canal digital aberto de TV, em especial pelo fato do ensino de Libras se beneficiar fortemente da utilização de vídeos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, J. A. Engenharia Multimídia: Contribuições metodológicas ao gerenciamento de projetos de produção e utilização de conteúdo digital em educação. *Tese de Doutorado*. 26.02.2010. Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- ANDRE, M.; SIMOES, R. H. S.; CARVALHO, J. M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 68, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 06 set.2010.
- BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Presidência da República. Casa Civil. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- ESPANHA. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho de 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- FAYOL, H. *Administração industrial e geral*. Editora Atlas, 1916.
- FILATRO, A. *Design instrucional na prática*. Editora Prentice Hall, 2008.
- PEDROSA, R.; MUNIZ, R. Memória e crítica por uma veterana dos estudos do ensino superior no Brasil. Entrevista: Eunice Ribeiro Durham. *Revista Ensino Superior Unicamp*. Edição nº 5. Abril de 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/versao_PDF.php?edicao=14>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação à distância. p.169-185. *ETD – Educação Temática Digital*, Brasília, DF, 10.2, 07.10.2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/etd/>>. Acesso em: 05 mar. 2011.
- SILVA, R. N. M. Avaliação da audição. *Avaliação médica continuada*. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2007. Disponível em: <<http://www.sbp.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2007.
- SIMONSON, M.; SMALDINO, S. E.; ALBRIGHT, M.; ZVACEK, S. *Teaching and learning at a distance: Foundations of distance education*. Editora Prentice Hall, 2008.
- SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. Educação de surdos. In: ARANTES, V. A. (Org.) *Série Pontos e Contrapontos*. São Paulo: Summus Editorial, 2007.